

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro apela a empresários: "reduzam lucro" 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Bolsonaro e Guedes pedem aos supermercados que segurem preços 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Imposto menor não reduz inflação, diz FGV 6

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Vêm aí os fiscais de Bolsonaro e Guedes? - VERA MAGALHAES 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

ICMS: relator vê impacto de R\$ 53,5 bi para estados 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Em aceno a empresas, governo avalia pagamento de impostos em um único dia 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Guedes confirma que servidor ficará sem reajuste 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

União perderá R\$ 35,2 bi neste ano, diz relator 11

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil busca frear na OMC o protecionismo agrícola 12

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Aliados do PT condenam 'revogação' de reforma da CLT em diretrizes 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Avança pacote do governo para baixar combustível 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação diminui, mas continua disseminada 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Fome no país da safra recorde (Editorial) 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação é menor que a esperada e fica abaixo de 1% após três meses 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Golpe nos preços pode virar crime (Artigo) 24

Sexta-Feira, 10 de Junho de 2022

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
ECONOMIA

Governo federal envia menos de R\$ 1 por aluno para refeição25

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Caciques do União Brasil e do PP reagem 'com o fígado' à aliança de MDB e PSDB - COLUNA
DO ESTADÃO

.....27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Eletrobras é privatizada, com ação fixada a R\$ 4230

Bolsonaro apela a empresários: "reduzam lucro"



»»Cristiane Noberto »»Ingrid Soares

O presidente Jair Bolsonaro (PL) fez um apelo, ontem, a empresários do setor de supermercados para que "tenham menor lucro possível" nos produtos da cesta básica. A declaração ocorreu durante participação, por meio de videoconferência, do Fórum da Cadeia Nacional de Abastecimento, promovido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), realizado em São Paulo. No mesmo evento, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reforçou o pedido de Bolsonaro e sugeriu uma "trégua" de preços até o fim do ano.

O chefe do Executivo está em Los Angeles, nos Estados Unidos, onde participa da Cúpula das Américas. Bolsonaro reconheceu a alta da inflação, mas reclamou de ser visto como culpado pela crise na economia.

"Hoje em dia, está como vilão da cesta básica o preço do óleo de soja. Temos outros produtos que subiram bastante: ovos, leite, açúcar, café. Então, é um apelo pela nossa economia, para que nós possamos continuar o governo", acrescentou Bolsonaro, num discurso que lembrou os tempos da hiperinflação, no fim da década de 1980, quando o então presidente José Sarney pedia à população para fiscalizar os preços nos supermercados.

"O apelo que eu faço aos senhores, para toda a cadeia produtiva, é que, nos produtos da cesta básica, cada um obtenha o menor lucro possível, para a gente poder dar uma satisfação a uma parte considerável da população, em especial os mais humildes", disse.

"Eu sei que a margem de lucro tem cada vez diminuído mais. Também os senhores já vêm

colaborando dessa forma, mas colaborem um pouco mais nos produtos da cesta básica.

Esse é o apelo que eu faço. Se for atendido agradeço, e muito, e, se não for, é porque realmente não é possível."

Trégua

De Brasília, Paulo Guedes pediu uma "trégua" de preços" até o fim do ano. "Vamos ajudar a quebrar essa espiral inflacionária", disse. E justificou que a inflação é mundial e "nunca foi culpa do presidente ou do nosso governo".

"Reduzimos impostos. Pedimos nova tabela de preços só em 2023. Vamos parar de aumentar preços por dois ou três meses. É uma hora decisiva para o Brasil", alegou.

Bolsonaro e Guedes pedem aos supermercados que segurem preços



O presidente Jair Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes (Economia) Adriano Machado - 6.jun.22/Reuters

César Feitoza Nathalia Garcia

Pressionados pela **inflação** em ano eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ministro Paulo Guedes (Economia) pediram nesta quinta-feira (9) para empresários do setor de supermercados segurarem os preços da cesta básica.

O pleito foi apresentado durante evento da Abras (Associação Brasileira de Supermercados), do qual ambos participaram virtualmente.

"O apelo que eu faço para os senhores, para toda a cadeia produtiva, é para que os produtos da cesta básica obtenham o menor lucro possível, para a gente poder dar satisfação a parte considerável da população, em especial os mais humildes", afirmou Bolsonaro.

O chefe do Executivo ainda disse que "em momentos difíceis, entendo que todos nós temos de colaborar".

"Sei que a margem de lucro tem cada vez diminuído mais. Vocês já têm colaborado nesse sentido, mas colaborem um pouco mais na margem de lucros dos produtos da cesta básica", disse. "Se for atendido, agradeço muito; se não for, é porque não é possível", afirmou.

"Temos fé em Deus que essa crise dos dois países [Rússia e Ucrânia] terá seu ponto final brevemente, assim como o vírus, que, ao que tudo indica, já teve o seu ponto final", concluiu.

Já Guedes reforçou o apelo ao pedir uma trégua nos valores. "Agora é hora de dar um freio nessa alta de

preços, é voluntário, é pelo bem do Brasil", afirmou o ministro.

"Da mesma forma que os governadores têm de colocar a mão no bolso e ajudar o Brasil, o empresariado brasileiro tem de entender o seguinte: devagar agora um pouco, pois temos de quebrar essa cadeia inflacionária", disse Guedes.

As empresas, por sua vez, pedem soluções para conter os preços. O presidente da Abras, João Galassi, defendeu que a nova tabela de preços da indústria para o varejo fique só para 2023.

"Considerando que não incidem **impostos** federais sobre a cesta básica, como podemos oferecer os itens da cesta básica a menor custo? Não podemos ficar de braços cruzados aguardando uma solução", disse.

"Após nossa primeira sessão temática, que será justamente a redução de custos através da **reforma tributária**, peço às autoridades e líderes que nos debrucemos para solucionar a urgência do momento. A sociedade precisa da cadeia nacional de abastecimento. Quero lançar um desafio: nova tabela só em 2023", disse Galassi.

Guedes apoiou a proposta defendendo a nova tabela só em 2023.

No fim da tarde, a entidade divulgou uma nota propondo ao governo isenção de **impostos** dos produtos da cesta básica e a desoneração da folha de pagamentos. A representante de mais de 50 varejistas do país diz que irá a repassar ao consumidor qualquer redução que houver na cadeia produtiva.

A escala dos preços é uma das principais preocupações de Bolsonaro na corrida eleitoral.

A situação econômica do país está sendo determinante para a maioria dos brasileiros decidir em quem votar neste ano -e, para a maior parte dos eleitores, o quadro piorou nos últimos meses.

Segundo pesquisa Datafolha divulgada em maio, 53% dos brasileiros consideram que a situação econômica está tendo "muita influência" na sua decisão de voto.

Apesar de o governo ter reforçado o discurso de que a

inflação é consequência de crises globais e ações de terceiros, como governadores que impuseram o distanciamento social contra a Covid-19, é grande a parcela de brasileiros que atribuem a Bolsonaro responsabilidade pela alta de preços.

Segundo pesquisa de março do Datafolha, 75% apontam que o governo Bolsonaro tem responsabilidade pela **inflação**.

Os pleitos de Bolsonaro e Guedes são feitos após o ministro comemorar a desaceleração da **inflação** registrada em maio.

"A **inflação** começou a descer, acabamos de ter a primeira notícia", disse Guedes durante evento. Ele afirmou que o governo vem promovendo cortes de **impostos** para tentar conter os preços -embora, no caso da cesta básica, a avaliação da equipe econômica é que a desoneração de **tributos** existente hoje é muito ampla e privilegia também os ricos.

A **inflação** oficial do Brasil, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), desacelerou para 0,47% em maio, informou nesta quinta o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Apesar disso, o acumulado em 12 meses continua em dois dígitos (11,73%).

Os preços do grupo alimentos e bebidas continuam aumentando. A alta foi de 0,48% em maio, depois de uma variação de 2,06% em abril.

Guedes destacou que o governo federal tem feito sua parte para minimizar os impactos econômicos decorrentes da guerra na Ucrânia e disse não ter sido possível dar reajuste salarial aos **servidores públicos** neste ano.

"O governo federal não conseguiu dar aumento de salários para o funcionalismo, mas reduziu **impostos** para 200 milhões de brasileiros", afirmou. O governo discutia um reajuste linear de 5% para todas as categorias. O prazo para decisão termina no dia 2 de julho.

Bolsonaro chegou no início da tarde desta quinta-feira (9) aos Estados Unidos, onde se reunirá com o presidente americano Joe Biden e participará da Cúpula das Américas.

No rápido discurso na Abras, o presidente disse que apresentará na Cúpula das Américas o "Brasil de verdade e as oportunidades que temos a oferecer para todo mundo".

De olho nas eleições, Bolsonaro ainda disse ser contra a revogação da reforma trabalhista e outras medidas

econômicas apresentadas pelo ex-presidente Lula em uma prévia do programa de governo divulgada a aliados nesta semana.

A tentativa de responsabilizar empresários pela alta dos preços não é uma novidade e já foi tema de discurso de outros presidentes da República, aqui e no exterior.

Em 2009, ao cobrar o repasse de desonerações, o ex-presidente Lula reconheceu que esse tipo de política tem pouca eficácia e que é melhor usar o dinheiro para aumentar transferências de renda, solução defendida pela maioria dos economistas, mas normalmente descartada pelos políticos.

Em resposta, varejo reivindica cesta básica na redução de ICMS

Ana Paula Branco

Em resposta ao pedido de Bolsonaro e Guedes para supermercados reduzirem o lucro, a Abras, associação do setor, afirmou que propôs ao governo a isenção de **impostos** dos produtos da cesta básica e a desoneração da folha de pagamentos.

No Fórum da Cadeia Nacional de Abastecimento, promovido pela Abras nesta quinta, o presidente da associação, João Galassi, solicitou ao ministro a inclusão do ICMS sobre a cesta básica no texto que trata da redução do tributo sobre combustíveis.

A representante de mais de 50 varejistas do país diz que irá a repassar ao consumidor qualquer redução que houver na cadeia produtiva.

O pedido é absurdo e incompatível para um chefe de estado, afirma o coordenador de IPC (Índice de Preços ao Consumidor) da FGV, André Braz.

"Todo supermercado vive pelas leis de mercado, da oferta e da procura. Ele é um revendedor, praticamente não fabrica nada. Se compra uma mercadoria mais cara, por culpa de outros fatores que não têm a ver com o lucro dele, ele também não pode vender mais barato do que ele compra."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49938>

Imposto menor não reduz inflação, diz FGV

VINICIUS NEDER RIO

A proposta de redução de **impostos** sobre combustíveis, conta de luz e outros itens, anunciada no início da semana pelo governo, poderá ter o resultado oposto ao esperado pelo Palácio do Planalto, alertaram ontem pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre).

"É uma enorme ilusão achar que redução de **impostos** vai reduzir **inflação** e trazer juro para baixo", afirmou José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários da FGV/Ibre, durante o 2.º Seminário de Análise Conjuntural, evento online realizado em parceria com o Estadão. "Tudo ali é temporário. Na virada do ano, o que acontece com a **inflação**? Sobee de novo." Para o pesquisador, que foi diretor do Banco Central (BC), as medidas anunciadas pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) também não deverão moderar o atual ciclo de alta da Selic, atualmente em 12,75%.

Também participante do seminário, a pesquisadora Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro Ibre, destacou que o anúncio de redução de **impostos** tende a elevar as expectativas de **inflação** para 2023.

"Se as medidas forem de redução de **impostos**, a **inflação** volta ano que vem. Vamos ter de manter a taxa de juros elevada por tempo maior. E, provavelmente, ela terá de ser mais elevada", afirmou.

Armando Castelar, pesquisador associado do FGV/Ibre, lembrou que, embora as perspectivas de curto prazo para a atividade econômica tenham melhorado nos últimos meses, os principais problemas do atual cenário (a persistência de **inflação** elevada em todo o mundo e a necessidade de subir juros) seguem pesando sobre a possibilidade de um crescimento sustentável.

"Quando a gente comemora que o IPCA caiu abaixo de 12% em 12 meses, tem alguma coisa errada", afirmou, referindo-se ao IPCA até maio, que ficou em 11,73%.

Para piorar, lembrou Castelar, o "risco político-eleitoral" entrou no radar dos agentes econômicos nesta semana, com a divulgação de um primeiro esboço do programa de governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para o pesquisador, a tendência, até o fim do ano, é de que a elevação das incertezas em torno dos rumos da política econômica num próximo governo pese sobre a economia. Os principais impactos deverão ser o adiamento ou moderação nos investimentos, a elevação do risco-País e a elevação da taxa de câmbio.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Vêm aí os fiscais de Bolsonaro e Guedes? - VERA MAGALHAES

VERA MAGALHAES

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

ICMS: relator vê impacto de R\$ 53,5 bi para estados

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Em aceno a empresas, governo avalia pagamento de impostos em um único dia

Estevão Taiar

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187241?page=8§ion=5

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187241?page=8§ion=5

Guedes confirma que servidor ficará sem reajuste

Estevão Taiar e Matheus Schuch

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187241?page=8§ion=5

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187241?page=8§ion=5

União perderá R\$ 35,2 bi neste ano, diz relator

Renan Truffi e Vandson Lima

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187241?page=8§ion=5

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187241?page=8§ion=5

Brasil busca frear na OMC o protecionismo agrícola

Assis Moreira

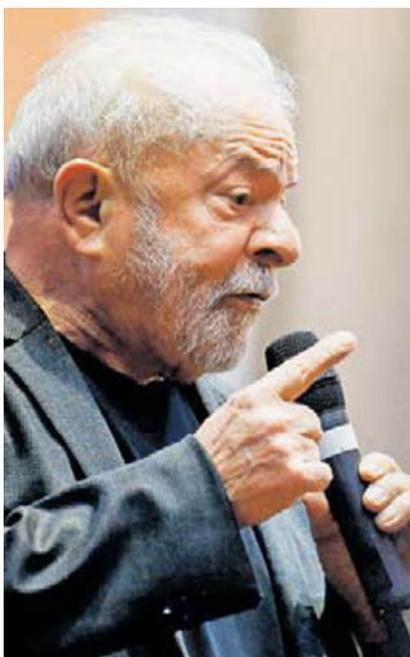
Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187241?page=12§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187241?page=12§ion=2

Aliados do PT condenam 'revogação' de reforma da CLT em diretrizes



LUIZ VASSALLO

Partidos aliados da pré-candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reclamaram do uso do termo "revogação" para tratar da reforma trabalhista na prévia do programa de governo divulgada na segunda-feira. Houve ainda queixas sobre autoelogios da legenda no item combate à corrupção.

Apoiadores disseram que não houve diálogo para a elaboração das propostas.

Lideranças de PV, PCdoB, PSOL, PSB, Rede e Solidariedade se reuniram ontem, em São Paulo, com dirigentes petistas para buscar alinhamento em torno das diretrizes para as eleições 2022. O Estadão apurou que o maior incômodo ocorreu em razão do "vazamento", como dizem aliados, do documento de 90 tópicos.

Intitulado de Diretrizes para o Programa de Reconstrução do Brasil Lula 2023-2026, o texto foi divulgado pela Fundação Perseu Abramo. Aliados disseram que faltou alinhamento com os demais partidos da chapa do petista com o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB).

TERMOS. O termo "revogação" ao tratar da reforma trabalhista tem sido evitado até mesmo por Lula em discursos. Ele já havia usado a expressão, mas

recuou. O petista tem falado agora em revisar as mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), implementadas no governo Michel **Temer** (MDB). Centrais sindicais também preferem evitar "revogação" para não entrar em atritos com o empresariado.

No documento, constava a data de ontem como limite para envio de sugestões. "No sábado, vamos nos reunir para verificar a incorporação e consolidação dessas emendas apresentadas", afirmou o ex-deputado Domingos Leonelli, que representou o PSB na reunião.

No PSB e na Rede, a divulgação da prévia sem diálogo com os partidos foi a questão considerada mais grave do que o teor do documento. Ao Estadão, integrantes das legendas afirmam que o desconforto ficou no passado.

Até amanhã, haverá mais um debate sobre a reforma trabalhista. Centrais sindicais também serão ouvidas.

"Os partidos deliberaram por solicitar as posições das centrais sindicais a respeito das reformas trabalhistas, dos trabalhadores do campo, da reforma agrária, da agricultura familiar, dos ambientalistas.

Educadores também vão ser ouvidos. Esse caso (reforma trabalhista) é um aspecto pontual. O PT defende a revogação, mas vamos ouvir as centrais sindicais", afirmou a ex-ministra Maria do Rosário, representante do PT na reunião de ontem.

AUTOELOGIO. Integrantes dos partidos afirmaram ao Estadão que houve descontentamento com o tópico combate à corrupção. No Solidariedade, questiona-se o motivo de o PT ter se colocado como "baluarte" na área - o partido teve integrantes envolvidos e condenados no esquema do mensalão e em os casos de desvios na Petrobras investigados pela Operação Lava Jato.

No documento, há uma exaltação do reforço da Polícia Federal e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (**Carf**) durante a era petista. Consta ainda que durante as gestões do PT teria havido, "de forma inédita no Brasil, uma política de Estado de prevenção e combate à corrupção e de promoção da transparência e da integridade pública".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Avança pacote do governo para baixar combustível



Defendido pelo governo, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/22 - que estabelece teto de 17% para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nos combustíveis e na energia - foi apresentado, ontem, no Senado, o que abre caminho para que a proposta seja votada na segunda-feira. O texto sofre resistência dos governadores porque vai impactar a receita dos estados e do Distrito Federal, pois o tributo é a principal fonte de arrecadação dos entes federativos.

O relator do PLP, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), optou por manter a estrutura do texto estabelecida pela Câmara e incluiu mecanismos de compensação aos estados por perdas decorrentes da fixação do teto.

O projeto prevê a reposição a partir do abatimento da dívida dos estados com a União, nos casos em que ocorra queda de arrecadação superior a 5%. Os entes que não estão nessa situação - cinco, no total - foram atendidos por meio de uma alteração no texto de Bezerra.

"Tem dois mecanismos para compensar os estados que não têm dívida com a União. O primeiro caminho é vinculando a receita que cabe à União da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). Poderia fazer a vinculação direta para compensar esses cinco estados.

A estimativa de perda desses estados, se eles vierem a perder, alcança de R\$ 3 bilhões", disse.

"O segundo mecanismo é que os estados teriam prioridade no acesso à contratação de financiamentos neste segundo semestre, para que possam ter

recursos para bancar investimentos e, com isso aliviar, o seu caixa." Na avaliação do relator, não procede o discurso de que apenas os estados serão impactados com a medida. "Há um debate, que a gente vem presenciando nesta Casa e pela imprensa, de que o sacrifício está sendo exigido só dos estados e municípios.

Não é verdade. Na realidade, a União está entrando com uma contribuição superior a R\$ 32 bilhões. Se nos fiarmos nas estimativas de perda feitas pelo Senado, é muito superior à contrapartida oferecida pelos estados, que é de pouco mais de R\$ 20 bilhões", ressaltou.

Confiança

Bezerra disse ter confiança de que a proposta surtirá efeito para amenizar o impacto no bolso do cidadão. "Já existem algumas sinalizações de que, se esse projeto cumprir os objetivos que se espera dele, tem a capacidade de reduzir o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) em dois pontos percentuais até o fim do ano. Se isso ocorrer, se o projeto for efetivo, o Brasil poderá ter uma **inflação** menor do que a americana, depois de muito tempo, ao longo da sua história", frisou.

Apesar disso, Bezerra reconheceu que ainda deve haver resistência à proposta. "É evidente que os governadores continuam com muitas críticas em relação à iniciativa, e muito preocupados com a eventual perda de receitas que os estados poderão enfrentar. Mas o aperfeiçoamento do mecanismo da compensação criou uma compreensão maior no sentido de dar segurança à sustentabilidade das receitas dos estados", enfatizou.

PEC dos Combustíveis

O novo líder do governo na Casa, senador Carlos Portinho (PL-RJ), conseguiu o número necessário de assinaturas para protocolar a chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Combustíveis, proposta pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Eram necessárias 27 assinaturas, o que corresponde a um terço do número de senadores. A matéria será analisada, agora, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A ideia, segundo informou a equipe de Portinho, é passar pelo Senado e pela Câmara antes do recesso parlamentar, que ocorrerá entre 18 e 31 de julho.

A PEC 16/2022 foi anunciada por Bolsonaro, nesta semana, como uma forma de compensar os estados pela perda de arrecadação do ICMS em caso de aprovação do PLP 18/2022.

Inflação diminui, mas continua disseminada

»»rosana hessel

A desaceleração da **inflação** oficial de maio divulgada, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma boa notícia, mas quando se olham a fundo os dados do órgão ligado ao Ministério da Economia, o quadro não é tão animador.

A alta de 0,47% no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou abaixo da taxa de 1,06%, de abril, e dos 0,83% de maio de 2021. Além disso, foi menor do que a mediana das previsões do mercado, de 0,60%, devido à desaceleração dos preços de alimentos, energia elétrica e gasolina.

Contudo, o dado ainda reflete uma carestia bastante espalhada na economia, porque 72% dos itens pesquisados pelo IBGE registraram aumento de preço no mês passado - percentual bastante elevado, apesar de menor do que os 78% de abril. Isso significa que não são apenas os preços dos alimentos e dos combustíveis que continuam subindo, mas a grande maioria de produtos e serviços consumidos pelos brasileiros.

Logo, ainda vai demorar para o dragão da **inflação** ser domado.

"A disseminação da **inflação** ainda é muito elevada e, tirando o grupo alimentação, ela continua ainda alta. As pressões inflacionárias estão bem espalhadas na economia", alertou o economista Andre Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). Segundo ele, se não fosse a desaceleração dos preços da gasolina e a queda de quase 8% na energia elétrica, o IPCA de maio teria fechado o mês passado acima de 0,80%. "Essa contribuição para a desaceleração do IPCA de maio foi pontual, e isso não quer dizer que a **inflação** mudou e a política monetária já esteja fazendo efeito", disse Braz.

De acordo com especialistas, em junho, a **inflação** deverá

acelerar novamente. Pelas estimativas do Banco Original e da LCA Consultores, o IPCA vai avançar 0,63% neste mês, refletindo o fim dos impactos baixista da conta de luz e o reajuste nos planos de saúde em mais de 15% autorizado pelo governo. Analistas ainda lembram que alta da taxa básica de juros, promovida pelo Banco Central desde março de

2021, só deverá impactar a **inflação** na segunda metade deste ano. Até lá, o IPCA continuará em dois dígitos. Eduardo Vilarim, economista do Banco Original, que manteve a previsão de 9,2% para o índice de 2022 após os dados de maio, disse que a instituição prevê **inflação** acima de 10% até setembro.

Reajustes por todo lado

Dos nove grupos pesquisados pelo IBGE, oito tiveram aumento de preços, com exceção de habitação, que registrou deflação de 1,70% por conta da volta da bandeira verde na conta de luz.

O resultado de maio foi impulsionado pelo grupo de transportes, que avançou 1,34% e respondeu por 0,30 ponto percentual (63%) da variação do IPCA, puxado, principalmente, pelas passagens aéreas, que subiram 18,33% no mês e acumulam alta de 88,65% em 12 meses. Já o grupo alimentação apresentou **inflação** de 0,48%, abaixo dos 2,06% registrados em abril.

"Apesar da surpresa por conta da desaceleração mais acentuada nos preços dos alimentos, a **inflação** ainda está bastante disseminada", reforçou Vilarim. Ele lembrou que, em serviços, a categoria que mais demora para cair, os preços continuam subindo e não devem parar tão cedo.

A equipe do Original prevê mais duas altas na taxa básica de juros, sendo 0,50 ponto percentual na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) da próxima semana, para 13,25% ao ano, e, mais 0,50 ponto percentual em agosto, para 13,75%, patamar em que deverá encerrar o ano, caindo até 10% no fim de 2023.

Planos de saúde

Eduardo Velho, economistachefe da JF Trust Gestora de Recursos, lembrou que, apesar da desaceleração em maio, a **inflação** ainda está alta. A partir de junho, não haverá mais a contribuição baixista da energia e, para piorar, virá o impacto do reajuste nos planos de saúde.

"Passamos pelo pico de abril.

Agora, o Banco Central tem argumento para desacelerar a alta dos juros, mas não será suficiente para tirar a **inflação** desses patamares elevados", alertou.

Velho estima o IPCA em 9,45% e afirma que, mesmo se o governo conseguir zerar todos os **tributos** sobre os combustíveis, a **inflação** chegaria a 8,64% no fim do ano, ainda bem acima do teto da meta, de 5%.

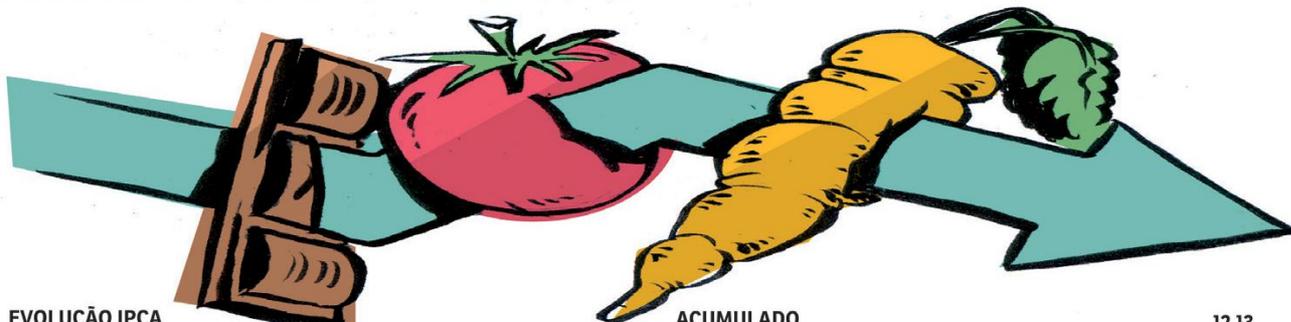
Eletrobras: oferta atinge R\$ 33,7 bi

A oferta de ações que resultou na privatização da Eletrobras movimentou R\$ 33,7 bilhões, com o preço de cada papel fixado em R\$ 42, segundo fontes de mercado. O ajuste de preço foi alvo de intensa disputa entre investidores locais e estrangeiros, que só terminou depois das 20h de ontem. Foi a maior operação de desestatização do país em duas décadas - e a segunda no governo Bolsonaro, depois da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), em março. O preço de R\$ 42 representou um desconto de 4% em relação ao valor da ação no fim do pregão de ontem, de R\$ 44. Com a venda, a participação do governo na empresa será reduzida de 60% para 35%.

pacífico

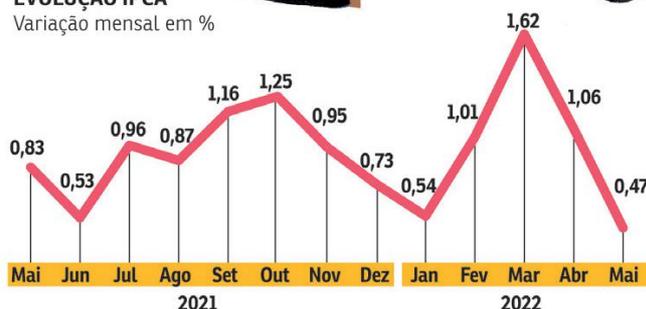
Pouco a comemorar

Inflação oficial desacelera com alta de 0,47% em maio, mas continua em patamares elevados e bastante disseminada na economia, corroendo o poder de compra da população



EVOLUÇÃO IPCA

Varição mensal em %



ACUMULADO EM 12 MESES

Em %



PRINCIPAIS ALTAS — EM %

Alimentos	Maio	Ano	12 meses	Não alimentícios	Maio	Ano	12 meses
Cebola	21,36	59,49	48,93	Passagem aérea	18,33	-6,88	88,65
Feijão carioca	7,31	28,46	19,03	Gás veicular	14,88	23,53	4,00
Leite Longa vida	4,65	28,03	29,28	TV por assinatura	4,00	4,00	4,00
Chocolate em barra e bombom	3,95	5,16	10,18	Óleo diesel	3,72	28,49	52,27

PRINCIPAIS QUEDAS — EM %

Alimentos	Maio	Ano	12 meses	Não alimentícios	Maio	Ano	12 meses
Cenoura	-24,07	90,07	116,37	Energia elétrica residencial	-7,95	-13,59	5,29
Tomate	-23,72	13,56	55,62	TV, som e informática	-1,03	0,37	5,54
Batata inglesa	-3,94	61,38	54,30	Gás de botijão	-1,02	7,91	29,39
Hortaliças e verduras	-3,22	35,77	32,15	Plano de saúde	-0,69	-3,40	-4,38

Fonte: IBGE

Fome no país da safra recorde (Editorial)

pandemia aumentou o mapa da fome no Brasil, mas não podemos jogar toda a culpa nesse período realmente terrível pelo qual o país passou - e ainda passa. O problema da fome no Brasil é muito mais complexo e tem a ver com a falta de políticas voltadas para a população mais carente, principalmente nos últimos anos.

Os governos federal e estaduais - e isso inclui os seus antecessores - podem até desfilarem uma série de programas pontuais voltados para as camadas menos favorecidas que foram e são executados, mas o fato é que erradicar a pobreza e a fome deixou de ser prioridade no país faz algum tempo. O levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) é apenas a comprovação disso, o retrato em números da falta de políticas sérias de combate à miséria.

De acordo com a pesquisa, nada menos que 33,1 milhões de pessoas no país não têm o que comer diariamente.

Equivale às populações do Chile, do Uruguai e do Paraguai, somadas.

É um número superior ao do início dos anos 90, quando pesquisas apontavam que 30 milhões de brasileiros não tinham alimentos suficientes para se nutrir. Em outras palavras, regredimos.

A realidade da escassez de comida é pior para alguns segmentos do que para outros. Segundo o levantamento, a fome é maior nas regiões Norte e Nordeste do país, na zona rural, em lares comandados por pretos e pardos, atinge mais famílias sustentadas por mulheres e os domicílios em que o responsável por cuidar dos filhos está desempregado.

O agravante nessa história é que estamos falando do país que é um dos maiores produtores de alimentos no mundo. De acordo com as estimativas de março do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a safra brasileira de grãos (soja, milho e arroz) deve bater novo recorde, alcançando 258,9 milhões de toneladas este ano. O Brasil também é um dos maiores produtores mundiais de proteína animal, com destaque para a carne bovina - em boa parte exportada.

Outro agravante é que ao mesmo tempo em que somos o país com grande produção de grãos, carnes,

leite e hortigranjeiros, somos também um dos que mais jogam comida fora. De acordo com levantamento da ONU, o Brasil desperdiça cerca de 27 milhões de toneladas de alimentos por ano. Grande parte desse desperdício ocorre durante o transporte, o manuseio e nas centrais de abastecimento.

O pior é que não é possível enxergar um cenário muito animador num futuro próximo. O desemprego, a **inflação** e o descaso com os mais necessitados empurram cada vez mais brasileiros para a condição de pobreza extrema.

O país já soma mais de 17 milhões de famílias vivendo com renda per capita mensal de R\$ 105, segundo o Cadastro Único do Ministério da Cidadania, e o número só vem crescendo.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Fome no país da safra recorde

Inflação é menor que a esperada e fica abaixo de 1% após três meses

Leonardo Vieceli

A **inflação** oficial do Brasil, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), desacelerou para 0,47% em maio, informou nesta quinta-feira (9) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A variação veio após três meses de altas superiores a 1% -avanços de 1,01% em fevereiro, 1,62% em março e 1,06% em abril.

O resultado de maio ficou abaixo das expectativas do mercado financeiro. Na mediana, analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam variação de 0,6%.

Mesmo com o sinal de trégua, o IPCA segue em dois dígitos no acumulado de 12 meses. O avanço até maio foi de 11,73%. Nessa base de comparação, a alta havia sido de 12,13% até o mês anterior.

Para analistas, o novo resultado sinaliza que a **inflação** pode ter alcançado o pico anual em abril. Isso, porém, não elimina o cenário de preocupação com o IPCA. Pressões disseminadas sobre os preços ainda deixam analistas em alerta, já que dificultam a retomada do consumo no país.

"A leitura reforça nossa visão de que a **inflação** atingiu o pico, mas as medidas subjacentes permanecem bastante desfavoráveis", afirma o economista Daniel Karp, do Santander Brasil.

"Apesar da surpresa positiva do IPCA de maio, ainda estamos falando de uma **inflação** com qualitativo muito ruim", diz o economista Luís Menon, da gestora Garde.

Oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram avanço de preços em maio.

A maior variação veio do ramo de vestuário. A alta chegou a 2,11%, com 0,09 ponto percentual de contribuição no IPCA mensal.

Já o maior impacto entre os grupos, de 0,30 ponto percentual, foi do segmento de transportes. O grupo subiu 1,34%, menos do que em abril (1,91%).

A alta dos transportes foi puxada pelas passagens aéreas, que aceleraram para 18,33% em maio. O avanço havia sido de 9,48% no mês anterior.

Conforme o IBGE, as passagens aéreas responderam pelo maior impacto individual no IPCA do mês passado, de 0,08 ponto percentual. Foi a mesma contribuição dos produtos farmacêuticos, que subiram 2,51%.

Os produtos farmacêuticos integram o grupo saúde e cuidados pessoais. O ramo avançou 1,01%.

"A coleta das passagens aéreas é feita dois meses antes. Neste caso, os preços das passagens aéreas foram coletados em março para viagens que seriam realizadas em maio", explicou Pedro Kislanov, gerente do IPCA.

"A alta deve-se a dois fatores: elevação dos custos devido ao aumento nos preços dos combustíveis e pressão de demanda, com o aumento do consumo, após um período de demanda reprimida por serviços, especialmente aqueles prestados às famílias", acrescentou.

O IBGE lembrou que, em relação aos produtos farmacêuticos, foi autorizado em abril um reajuste de até 10,89% nos medicamentos. Esse aumento pode ter sido aplicado pelos varejistas de forma gradual, segundo o instituto.

Ainda dentro do grupo de transportes, os combustíveis (1%) desaceleraram em relação ao mês anterior (3,20%). A alta da gasolina passou de 2,48% em abril para 0,92% em maio. Houve ainda queda no etanol (-0,43%), que havia subido 8,44% na divulgação anterior.

O grupo de alimentos e bebidas, por sua vez, desacelerou após fortes pressões causadas pelo clima adverso no começo do ano. A alta foi de 0,48% em maio, depois de uma variação de 2,06% em abril.

Houve quedas em tomate (-23,72%), batata-inglesa (-3,94%) e cenoura (-24,07%). O trio vinha de fortes altas em meses anteriores, devido a restrições de oferta geradas por temporais ou seca em regiões produtoras.

Em maio, o único grupo a apresentar queda nos preços foi habitação: -1,70%. O resultado está relacionado ao recuo da energia elétrica (-7,95%) pelo segundo mês consecutivo. A mudança de bandeira tarifária em abril acabou com a cobrança adicional nas contas de luz

O IBGE também informou que o chamado índice de difusão recuou pela primeira vez desde janeiro, mas segue acima do patamar de 70%.

O indicador mede o percentual de bens e serviços com alta de preços em uma amostra com 377 componentes.

Em maio, a difusão passou de 78% para 72%, impactada principalmente pela perda de fôlego dos alimentos.

"A difusão ainda é alta em 72%, apesar da queda em relação a abril", indica Rafaela Vitoria, economista-chefe do banco Inter.

A economista avalia que a **inflação** de serviços dá sinais de aceleração em meio à reabertura da economia e que a inércia inflacionária -reajuste de preços com base na **inflação** passada- "ainda é um risco".

Porém, Vitoria entende que o IPCA trouxe uma "surpresa positiva" na variação de maio e deve desacelerar para perto de 9% até o final do ano no recorte de 12 meses.

A escalada do IPCA ganhou forma ao longo da pandemia devido a uma combinação de fatores.

Entre eles, estão a escassez de insumos, a alta dos preços de alimentos e energia e o avanço do dólar em meio a turbulências políticas do país.

No primeiro semestre deste ano, houve o impacto adicional da Guerra da Ucrânia. O conflito provocou aumento do petróleo e de commodities agrícolas no mercado internacional, o que pressiona preços de combustíveis e comida no Brasil.

Para tentar conter o IPCA, o Copom (Comitê de Política Monetária), do BC (Banco Central), vem aumentando os juros, o que dificulta o consumo das famílias e encarece os investimentos produtivos de empresas.

A taxa básica de juros, a Selic, está em 12,75% ao ano. A próxima reunião do Copom, que definirá o novo patamar da taxa, está marcada para os dias 14 e 15 de junho.

"Apesar dos riscos no cenário, a leitura do IPCA confirma que o Copom deve dar mais uma alta na próxima reunião de 0,5 ponto percentual, mas deve encerrar o ciclo com a Selic em 13,25%", projeta Vitoria, do Inter.

O IPCA está em dois dígitos no acumulado de 12 meses desde setembro do ano passado. Assim, caminha para estourar a meta de **inflação** perseguida pelo BC pelo segundo ano consecutivo.

Em 2022, o centro da medida de referência é de 3,50%. O teto é de 5%.

Preços começaram a perder velocidade, afirma Guedes

Nathalia Garcia

O ministro Paulo Guedes (Economia) exaltou nesta quinta-feira (9) que a **inflação** começou a perder velocidade em maio e destacou a atuação do governo para amenizar os impactos econômicos da guerra na Ucrânia sobre a população brasileira.

"A **inflação** começou a descer, acabamos de ter a primeira notícia", disse Guedes no Fórum da Cadeia Nacional de Abastecimento, promovido pela Abras (Associação Brasileira de Supermercados).

No evento, o ministro disse que a população não pode continuar arcando com a alta de preços e destacou que o governo tem agido reduzindo custos e cortando **impostos**, como as tarifas de importação de arroz, feijão e outros itens, e a redução nas alíquotas do IPI em 35%.

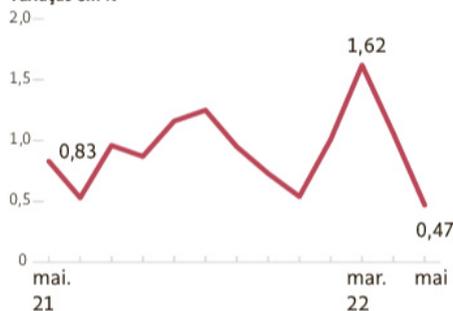
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49938>

Inflação no Brasil

IPCA mensal

Varição em %



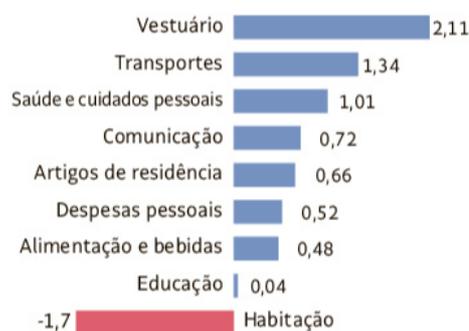
IPCA no acumulado de 12 meses

Varição em %



Varição mensal dos grupos

Em mai.2022, em %



Varição em 12 meses dos grupos

Até mai.2022, em %



Fonte: IBGE

Golpe nos preços pode virar crime (Artigo)

Vinicius Torres Freire **Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)**

Jair Bolsonaro (PL) quer que supermercados diminuam seus lucros a fim de conter a carestia e, assim, evitar a eleição de Lula da Silva (PT) e a volta do "populismo" (aquele que nunca foi embora).

Entre vários problemas, trata-se de: 1) Sugestão de crime contra a ordem econômica; 2) Mais estelionato eleitoral: fazer demagogia e mentir agora para tudo explodir depois da eleição; 3) Pedido indireto para que empresas deem dinheiro para a reeleição; 4) Indício de como um governo autoritário pode meter a mão em empresas, preços e muito mais; 5) A desmoralização final ou adicional do "liberalismo" de Bolsonaro-Guedes.

Paulo Guedes detalhou o plano, quase em tom de ordem. "Empresários precisam entender que temos que quebrar a cadeia inflacionária. Estamos em hora decisiva para o Brasil. Nova tabela de preços só em 2023. Trava os preços, vamos parar de aumentar os preços", disse o ministro da Economia. Bolsonaro e Guedes falaram em um encontro da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

Admita-se a hipótese improvável, por assim dizer, de que os empresários de supermercados decidam pagar esse imposto voluntário, um oximoro, uma contradição em termos, e contenham lucros e preços até o final deste ano e, na virada para 2023, "nova tabela". Isso é conluio para manipulação de preços. É crime.

Claro que a Abras pode se declarar para todo o sempre uma congregação caritativa, com margem simbólica de lucros, com o que Guedes poderia ser beatificado e ganhar um Nobel sem ter escrito um artigo científico, um reconhecimento pela prática de política econômica milagrosa.

Claro que tudo isso é sarcasmo. Mas a demagogia aloprada dá o que pensar.

Bolsonaro, Guedes e seus regentes do centrão querem abrir mão de **impostos** e endividar o governo a juros de 13% ou 14% ao ano a fim de baixar o preço de combustíveis até o final do ano. Ou os preços aumentam a seguir, "nova tabela" em 2023, ou se faz ainda mais dívida pública. Ou Guedes 2 vai fazer um arrocho geral de despesa? Vai? Ainda nesta quinta-feira prometeu reajuste geral para os servidores em

2023.

O resumo da ópera é: querem jogar a conta e a culpa pelo fracasso econômico nas costas de empresários e estados (ou tirar dinheiro deles para baratear gasolina e diesel). Mas dão indícios de coisa pior: de que fazem mesmo qualquer negócio, à luz do dia, a céu aberto.

Mentem descaradamente: sobre "liberalismo" ou aliança com o centrão, tentam desacreditar fatos básicos sobre epidemia, desmatamento, desemprego ou pesquisas eleitorais. Pode ser também que metam a mão na sua empresa ou no futuro dos seus negócios. Ou, então, pode ser que o esfolamento do povo recomece de modo mais descarado a partir do ano que vem, "nova tabela" em que o couro do cidadão vai custar mais barato.

Sob Bolsonaro 2, com mais poder no Supremo, com um Congresso vitaminado de centrão, o governo pode, por exemplo, cassar sua concessão de rádio e TV e dar para um amigo do nacional-mensalismo, essa aliança de extrema direita com mensaleiros que é o bolsonarismo.

Pode ter intervenção em preço. Ou no preço da sua empresa. Você não bajulou o governo? Vai ter de encarar um governo "terrivelmente liberal" -a ditadura militar já fez isso.

Sim, os preços devem cair se passar o pacote dos combustíveis de Bolsonaro e turma. As expectativas de **inflação** para 2023 já aumentam. A taxa de juros vai ficar alta ou mais alta por mais tempo. A dívida pública vai aumentar ou haverá um arrocho de gastos públicos. Gente do governo já propôs privatizar a saúde. Bolsonaro 2 vai estar ainda mais livre para tocar o terror

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

38

Governo federal envia menos de R\$ 1 por aluno para refeição

Laura Mattos

Imagine o que se consegue colocar em um prato com apenas R\$ 0,53, especialmente considerando a alta de preços dos alimentos nos últimos meses. Pois é esse o valor do repasse do governo federal para a alimentação de cada aluno da pré-escola, justamente o que está na primeira infância, fase crucial do desenvolvimento.

Para os que estão no ensino fundamental e no médio, o valor é ainda mais baixo, R\$ 0,36 por estudante. A verba per capita só ultrapassa R\$ 1 para os horários escolares estendidos. Nas creches é R\$ 1,07; no ensino integral, varia entre R\$ 1,07 e R\$ 2.

Esses são os valores do Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que beneficia 40 milhões de matriculados em instituições públicas de ensino no Brasil. Com o aumento da fome no país, cresce o número de crianças e jovens que têm no prato de comida servido nas escolas a sua única refeição do dia.

Diante disso, uma rede de instituições redigiu uma carta aos candidatos das próximas eleições com um apelo para que se comprometam com o reajuste do repasse para a alimentação escolar.

O documento alerta para o fato de que o valor do Pnae não teve reajuste significativo desde 2010. Além disso, houve redução de 20% em valores reais no orçamento do programa entre 2014 e 2019. Neste ano, considerado estratégico diante da perda nutricional dos dois anos de fechamento escolar da pandemia, o orçamento sofreu redução para R\$ 3,96 bilhões - em 2021, foram R\$ 4,06 bilhões.

A carta ressalta que, enquanto o valor para a compra de alimentação nas escolas cai, a **inflação** dispara, especialmente a de alimentos. Cita, por exemplo, a alta de 84% no preço do óleo de soja, de 39,7% no do arroz e de 34,4% no da carne, segundo o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado entre julho de 2020 e julho de 2021.

O documento propõe que o orçamento do programa mais do que dobre, atingindo cerca de R\$ 8 bilhões, e que se estabeleça, em lei, uma atualização anual do valor atrelada ao IPCA de bebidas e alimentos -

atualmente não há regra para a correção.

A melhora nutricional da alimentação escolar torna-se ainda mais urgente diante do aumento da fome no Brasil. Novas pesquisas dão a dimensão do tamanho da tragédia, como a divulgada nesta quarta-feira (8) pela Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional). Atualmente, 33 milhões de pessoas passam fome no país, segundo o levantamento. Além disso, 6 a cada 10 brasileiros, ou seja, 125,2 milhões de pessoas, convivem com algum grau de insegurança alimentar.

O estudo ressalta a importância do programa de alimentação escolar nesse contexto, e há um dado específico que chama a atenção para a vulnerabilidade das crianças: o número de domicílios com menores de 10 anos em insegurança alimentar grave dobrou do final de 2020 para o início de 2022, indo de 9,4% para 18,1%.

O Pnae, de acordo com a lei que o criou, em 2009, "tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento" dos estudantes, assim como para "a aprendizagem e o rendimento escolar", por meio de ações de educação alimentar e da "oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o ano letivo".

De acordo com o site do Ministério da Educação, o programa tem caráter suplementar ao investimento de estados e municípios na alimentação escolar. No entanto, alunos de cidades mais pobres muitas vezes contam somente com os centavos do repasse do governo federal para comer.

"O que observamos é uma realidade muito díspar. Municípios com alta arrecadação chegam a destinar até cinco vezes mais do que é transferido pelo governo federal, enquanto os mais pobres, onde estão as crianças e os adolescentes em situação de maior vulnerabilidade alimentar, não conseguem aportar recursos adicionais para a compra de alimentos", afirma à Folha Mariana Santarelli, coordenadora do Observatório da Alimentação Escolar e assessora de políticas públicas da FIAN Brasil - Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas, que lideram a iniciativa da carta aos candidatos.

No estado de São Paulo, o governo anunciou no final de 2021 um reajuste no repasse para a merenda. Em escolas de período regular, o valor por estudante passou de R\$ 1,30 para R\$ 1,70 e, nas unidades de ensino em tempo integral, que devem ser uma grande bandeira eleitoral para o PSDB, o aumento foi de R\$4,75 para R\$5.

Além do baixo valor per capita para a alimentação escolar, a carta aos candidatos aborda a obrigação legal de que 30% dos alimentos sejam adquiridos da agricultura familiar. O texto ressalta a necessidade de se criar condições para que essa cota seja atingida. Propõe, por exemplo, a realização de editais de chamadas públicas para a compra de agricultores locais.

Também fala da necessidade de se criar uma legislação que leve em conta as especificidades desses produtores para que tenham acesso às autorizações de órgãos de vigilância sanitária para vender seus alimentos para as escolas. Há ainda a proposta de que alimentos ultraprocessados sejam substituídos por comidas naturais, a fim de se combater a obesidade e outras doenças.

A carta se dirige aos candidatos à presidência da República, assim como aos que concorrem aos governos estaduais e àqueles que disputam cargos do Legislativo.

O Ministério da Educação, órgão ao qual o Pnae é vinculado, foi procurado, por meio da sua assessoria de imprensa, para comentar a falta de reajuste no orçamento do programa, mas não respondeu até a publicação da reportagem

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49938&anchor=6457481&pd=0403ed1beedf746e89f4e28625c18d19>

Caciques do União Brasil e do PP reagem 'com o fígado' à aliança de MDB e PSDB - COLUNA DO ESTADÃO



ANDREZA MATAIS - MARCELO DE MORAES

O acordo firmado entre MDB e PSDB incomodou e fez com que políticos experientes "agissem com o fígado", na visão de aliados. O pré-candidato à Presidência pelo União Brasil, Luciano Bivar, e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ameaçaram o rompimento de acordos dos seus partidos com o PSDB em São Paulo sem consultar correligionários. No caso de Lira, não houve contato com o presidente do diretório do PP-SP, Guilherme Mussi. Depois do episódio, Mussi ligou para Garcia para lhe dizer, em caráter reservado, que não

há risco de rompimento. Outros membros do PP afirmaram que não há chance de desembarque. Já Bivar tampouco combinou com lideranças no Estado.

ILHADO. Garcia, que no início do dia parecia isolado, ganhou sinal de apoio à tarde. Na inauguração de uma obra bancada pelo Estado, o deputado Alexandre Leite (União-SP), filho de Milton Leite, disse que "ninguém de fora vai ditar para quem a família Leite vai pedir voto".

I IRRIGAÇÃO. Parlamentares do PP paulista vêm sendo abastecidos com fartos recursos do governo do Estado para seus redutos eleitorais. O próprio Mussi, embora seja deputado federal, está divulgando em suas redes o envio de milhões estaduais para cidades como Itararé e Buri.

I REAL. Em 21 de maio, Mussi postou no grupo de WhatsApp do PP que a aliança com Garcia seria desfeita para liberar interessados em apoiar Tarcísio de Freitas. Dois dias depois voltou atrás. Seus colegas disseram que não romperiam com Garcia, com quem também têm acordos para irrigar suas bases.

I CHANCELA. Na segunda, antes de o PSDB sacramentar a aliança com o MDB de Simone Tebet, Tasso Jereissati (PSDBCE), favorito ao posto de vice, esteve no CDPP, ninho da inteligência tucana em São Paulo.

Disse que pensava em "pendurar as chuteiras", mas demonstrou estar engajado em oferecer alternativa à polarização.

I CENÁRIO. Tasso tratou de temas como a captura do Congresso pelo orçamento secreto, o que faz com que, não importa o eleito, enfrente dificuldades nas casas legislativas. E também sobre como a eleição patrocinada pelo fundo eleitoral, nas mãos dos caciques, desincentiva a renovação no Parlamento.

I CAMINHOS. A indicação a vice é considerada o "caminho natural" nos partidos. Nesta quinta, ele participou da reunião tucana por meio virtual. Viajou ao Ceará e segue para a Itália, para o aniversário de Abílio Diniz.

I CURSO. O ex-chanceler Ernesto Araújo, seguidor do finado Olavo de Carvalho, lançou um curso para ensinar tudo o que ele sabe de "globalismo" e o que ele batizou de "logopolítica".

I TÁ FÁCIL. Com a teoria, promete explicar problemas complexos.

"Quando temos os fenômenos da **inflação**, da guerra, da carestia, estamos diante de processos que têm a ver com as ideias.

São as ideias por trás desses processos que determinam a sua problemática."

PRONTO, FALEI!

Joice Hasselmann Deputada federal (PSDB-SP) "O ministro da Economia, Paulo Guedes, pede o congelamento dos preços até o presidente Jair Bolsonaro vencer as eleições. O "liberal" virou Sarney."

CLICK Vivi Reis PSOL-PA Ela e deputados da oposição fizeram um protesto na Câmara exigindo a busca do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira, sumidos no AM

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Rodrigo Garcia, governador de São Paulo (PSDB)

Eletrbras é privatizada, com ação fixada a R\$ 42

MANOEL VENTURA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>